

“Não Fala Grosso com a Bolívia e Não Fala Fino com os EUA”:

a Política Externa Brasileira no Contexto das Eleições Presidenciais de 2014

Marcos Cordeiro Pires

Como citar: PIRES, M. C. “Não Fala Grosso com a Bolívia e Não Fala Fino com os EUA”: a Política Externa Brasileira no Contexto das Eleições Presidenciais de 2014. *In* : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.71-84. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p71-84>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

“NÃO FALA GROSSO COM A BOLÍVIA E NÃO FALA FINO COM OS EUA”: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014

Marcos Cordeiro Pires

INTRODUÇÃO

A campanha presidencial de 2014 foi uma das mais disputadas desde o restabelecimento da democracia no Brasil, em 1989. De um lado se colocava Dilma Rousseff, a candidata do Partido dos Trabalhadores e de uma grande coalisão que abrangia todo o espectro ideológico do país, desde à esquerda com o PC do B, até à direita, como o PP. Do lado da oposição, duas candidaturas polarizaram o voto mudancista: Aécio Neves, numa coalisão de centro-direita encabeçada pelo PSDB, e Marina Silva, abrigada no PSB e alçada à condição de candidata diante do acidente que vitimou Eduardo Campos, numa coalisão que mesclava elementos centristas e ambientalistas.

Um tema que passou ao lado dos debates eleitorais foi a questão da política externa brasileira e o papel que o país deveria exercer no contexto das relações internacionais. De fato, o tema tem pouco apelo eleitoral, mas a definição sobre o alinhamento do país na esfera internacional é um fator muito importante que pode influenciar decisivamente a política interna e as opções econômicas do país. Por conta disso, em meio a este “XIV FÓRUM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA: Os rumos da política e

da economia brasileiras no ano das eleições”, torna-se relevante a reflexão sobre este tema tão importante por suas implicações ulteriores.

Nesse sentido, este trabalho se divide em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutiremos as características e logros da política externa dos governos de Lula e Dilma, particularmente a articulação internacional com vistas a democratizar a ordem internacional, à diversificação dos mercados para artigos brasileiros e o fortalecimento das articulações de perfil Sul-Sul, destacando neste aspecto o Grupo dos BRICS. Na segunda parte, faremos algumas observações sobre as propostas de política externa dos dois principais candidatos de oposição, Aécio Neves e Marina Silva, que criticam uma suposta “ideologização” da política externa atual e buscam uma maior aproximação com a nação hegemônica e o bloco ocidental.

1 A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA E DILMA

O título deste trabalho é uma referência ao discurso do compositor Chico Buarque de Holanda durante uma atividade da campanha eleitoral de Dilma Rousseff, em outubro de 2010. Este grande intelectual carioca fazia referência à altivez da política externa brasileira, que não se submetera impensadamente à política das nações hegemônicas e tampouco adotara uma política arrogante com relação aos nossos vizinhos mais fracos.

Antes de tudo, é preciso ressaltar que, de forma geral, não houve uma mudança significativa entre as políticas externas adotadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Em essência, continuaram as tendências já apontadas por Vigevani e Cepaluni em 2007, tal como segue:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1a) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2a) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3a) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4a) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período,

implicaram ênfases precisas: (1a) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2a) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3a) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4a) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5a) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6a) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7a) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291-292).

Como também salientaram os autores, as diretrizes dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores refletem a disputa de correntes tradicionais da diplomacia brasileira, ora mais alinhadas às posições da potência hegemônica, como no caso do governo Cardoso (1995-2002), ou mais autonomistas, do qual o governo Geisel (1974-1979) é um caso exemplar.

Nesse sentido, na busca por uma maior influência nos assuntos globais, o governo brasileiro tem buscado alavancar políticas que visem a reforma dos organismos globais de governança e, nesse sentido, tem estimulado a formação de coalisões que buscam aumentar o poder de barganha dos países em desenvolvimento. Isso não significa que o país deixou de ter uma relação forte com os países industrializados, como Estados Unidos, União Europeia e Japão. Vale destacar que no período foram firmadas parcerias estratégicas com a União Europeia (2007) e o Japão (2014), esta última, de abrangência “global”, tal como o Brasil havia firmado com a China, em 2012.

O reforço do discurso multilateralista brasileiro encontra respaldo em grupos informais, como o G-20 (ou G-77) no âmbito da definição de políticas comerciais na Organização Mundial de Comércio (OMC); o Grupo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul), na perspectiva de cooperação Sul-Sul na área de políticas públicas; o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), nos debates relacionados à Mudança Climática e ao Aquecimento Global; e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), cuja

atuação abrange a coordenação de esforços para a reforma das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, discussão que será retomada mais adiante. Decorrente dessa política, foi a eleição de dois brasileiros para importantes organismos internacionais: José Graziano da Silva, para a FAO, e Roberto Azevedo, para a OMC.

Além dessa atuação em foros globais, a diplomacia brasileira nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff tem atuado no sentido de aprofundar a integração regional, tanto em nível sul-americano, como o MERCOSUL e a UNASUL, como também latino-americano, como a Conferência de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Vale destacar a política de ampliação do MERCOSUL, como a incorporação da Venezuela ao bloco originalmente formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, como também os esforços de incluir formalmente Bolívia e Equador, que são estados associados ao bloco. Já a UNASUL, tem se destacado como um mecanismo de coordenação para assuntos relacionados à segurança e estabilidade política da região. Tal organismo teve um importante papel em evitar um golpe de Estado na Bolívia, em 2008, e na busca de uma solução negociada para um eventual conflito entre Equador e Colômbia, também em 2008, após o ataque colombiano ao território do Equador que vitimou uma base das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Ainda na questão regional, também é relevante destacar o papel exercido pelo Brasil, especificamente por meio do BNDES, na criação de uma infraestrutura comum na América do Sul, cujas ações são coordenadas pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), notadamente pela construção de corredores bi-oceânicos que integram o extremo oeste do Brasil aos portos peruanos e chilenos, reduzindo custos de transporte para atingir os mercados asiáticos.

Destaca-se ainda a aproximação do Brasil com os países africanos e árabes, incentivando parcerias de perfil Sul-Sul, em áreas como saúde, assistência técnica agrícola, comercial, educacional, entre outras.

Um dos feitos da política externa em questão foi a diversificação de parceiros comerciais e a diminuição da dependência do Brasil dos mer-

cados tradicionais dos países industrializados. Conforme descreve a tabela 1, o peso dos países industrializados nas exportações brasileiras (EUA + EU) era de 58,3%, diminuindo para 31,2% em 2012. Em contrapartida, a participação da América Latina e da Ásia teve desempenho contrário, saltando de 28,6%, em 1990, para 51,7%, em 2012.

Tabela 1 - Brasil – exportações – blocos selecionados 1990-2012

ANO	América Latina	EUA	União Europeia	Ásia
1990	11,8%	24,6%	33,7%	16,8%
1995	23,1%	18,9%	28,8%	17,6%
2000	25,3%	24,3%	27,8%	11,5%
2005	25,5%	19,2%	22,8%	15,7%
2010	23,8%	9,6%	21,4%	27,9%
2012	20,8%	11,1%	20,1%	31,1%

Fonte: BRASIL, MDIC, 2015.

A IMPORTÂNCIA DO GRUPO DOS BRICS

Uma das ações da diplomacia do governo Lula da Silva, implementada pelo ex-Chanceler Celso Amorim, e continuada no governo Dilma Rousseff, foi a criação do Grupo dos BRICS, como uma nova forma de articulação dos países em desenvolvimento. Por conta disso, retomamos a esta discussão por sua importância estratégica para o Brasil e pela possibilidade de continuidade dessa iniciativa no segundo governo de Dilma Rousseff.

Vale destacar que o processo de globalização reorganizou espacialmente a economia mundial, incorporando aos processos produtivos parte expressiva dos países em desenvolvimento, principalmente a China. Esta, durante a década de 2000, se tornou a principal potência industrial

do mundo, além de ser o maior ator no comércio internacional e ainda suplantar o Japão como segunda maior economia.

Por outro lado, o fim da Guerra-Fria fez com que novos países integrassem a economia mundial sob a hegemonia dos EUA, como foram os casos da Rússia (ex-URSS) e a Índia, que adotavam uma estratégia própria de desenvolvimento fora do circuito capitalista internacional. O Brasil, a partir de 1990, também se viu forçado a ingressar na globalização ao abrir seu mercado de bens e de capitais, tornando-se um espaço a mais para a valorização do capital. De forma similar, quando a África do Sul superava o *apartheid*, em 1994, os dirigentes do Congresso Nacional Africano (CNA) se viram compelidos a adotar o modelo econômico neoliberal para garantir estabilidade internacional para o governo da maioria negra. Em síntese, no período de 1980 a 2000, foram incorporados ao mercado mundial um contingente de quase três bilhões de pessoas, grande parte delas oriundas dos países dos BRICS.

A entrada desses atores na economia internacional vem contribuindo para a modificação da geopolítica e da economia do mundo. Em 1960, os países ricos detinham 75% do PIB mundial. Em 2010, haviam caído para 55% e, em 2017, se projeta que os países em desenvolvimento atinjam mais da metade do produto e do comércio mundiais. Apenas a China possui atualmente em torno de US\$3,6 trilhões em reservas internacionais, das quais US\$ 1 trilhão, aproximadamente, em títulos da dívida dos Estados Unidos. Mesmo o Brasil, que outrora foi devedor do FMI, é um dos principais detentores de títulos do Tesouro dos Estados Unidos, fato que merece destaque.

Por conta desse peso econômico ascendente, e apesar das enormes diferenças que caracterizam os BRICS, os governantes dos países se organizam para reformar os órgãos de governança global, cuja divisão de poderes está desbalanceada, não refletindo a nova configuração política do mundo e desconsiderando as transformações estruturais que vem ocorrendo na cena internacional.

De forma geral, durante as cinco primeiras cúpulas dos BRICS, nos comunicados emitidos entre 2009 e 2013, nota-se a preocupação com a recuperação da economia mundial, o pleito de democratização das

Instituições Financeiras (FMI e Banco Mundial), a defesa da autodeterminação dos Estados e não interferência em assuntos internos aos países e ainda na cooperação entre os países membros do Grupo e outros países em desenvolvimento. Apesar do teor genérico, os países dos BRICS têm mostrado unidade em relação a temas controversos na agenda internacional, como a condenação dos ataques da OTAN à Líbia ou ainda a uma possível intervenção militar estrangeira no conflito sírio. Especificamente no comunicado de-Thekwini (Durban, África do Sul), em março de 2013, dois aspectos chamaram atenção: (a) a perspectiva de institucionalização dos BRICS, no sentido de dar organicidade à ação; (b) a possibilidade de criação de um banco de fomento conjunto para auxiliar o desenvolvimento dos países membros e também de outros países em desenvolvimento (BRICS, 2013). De forma prática, destaca-se o fato de que os BRICS conseguiram articular os países em desenvolvimento para eleger o brasileiro Roberto Azevedo como Diretor-Geral da OMC, contra a candidatura mexicana apoiada pelos países desenvolvidos.

Na cúpula dos BRICS, realizada no Brasil em julho de 2014, os líderes do grupo começaram a materializar as intenções anunciadas anteriormente. Exemplo disso foi a oficialização da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), para apoiar projetos dos países do bloco e outras nações em desenvolvimento e a criação de um Fundo de Contingência para auxiliar os países dos BRICS em crises de balanço de pagamentos. Tais medidas foram uma resposta à letargia dos países ricos em implementar a decisão da Cúpula do G20 de Seul de 2010, que já havia determinado a redivisão das cotas do FMI, e também à incapacidade e/ou desinteresse do Banco Mundial em patrocinar projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento.

O capital inicial do NBD será de US\$ 50 bilhões, onde cada país aportará US\$10 bilhões. Ficou definido que a sede do banco será em Xangai e que o primeiro presidente será um indiano. A direção do BND será rotativa, com mandato de cinco anos para cada país. Já o Fundo de Contingência contará com o montante de US\$ 100 bilhões, sendo que a China aportará US\$41 bilhões, África do Sul US\$5 bilhões e os US\$ 54 bilhões restantes serão aportados em cotas iguais por Brasil, Rússia e Índia.

Comparando-se os volumes em questão com aqueles concentrados pelo FMI e pelo Banco Mundial, as duas instituições parecem ser modestas. Não é correto afirmar que as ações dos BRICS irão ofuscar ou substituir as atuais instituições multilaterais. No entanto, o significado é extremamente impactante, já que se abre uma janela de oportunidade para os países em desenvolvimento criarem mecanismos de cooperação para fugir das duras condicionalidades impostas pelas Instituições de Bretton Woods. Países como o Brasil e outros da América Latina sabem o quanto tiveram seu processo de crescimento bloqueado pelas políticas restritivas impostas pelo chamado “Consenso de Washington”. Na Europa, hoje em dia, as nações em crise apresentam níveis insuportáveis de desemprego por conta de ações similares da Tríade: Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI.

As medidas anunciadas em julho de 2014 representam um divisor de águas nas relações internacionais. Basta lembrar que apenas há 70 anos a Índia era colônia britânica e a China era uma semicolônia do Ocidente. O Brasil era um dos países mais atrasados da América do Sul e a África do Sul era dominada por uma minoria branca. Só a Rússia desceu de status, mas está novamente se reafirmando como grande potência.

Por sua perspectiva promissora, a atuação do Brasil junto ao Grupo dos BRICS não deveria ser encarada apenas como uma política de governo, mas como de Estado, dada a sua importância para o posicionamento do país no cenário global. No entanto, para setores da oposição, esta política é mais um reflexo da “ideologização” da política externa brasileira levada pelo governo do PT. É o que discutiremos a seguir.

2 A ESSÊNCIA DA PLATAFORMA DE POLÍTICA EXTERNA DA OPOSIÇÃO

A oposição aos governos liderados pelo PT, desde 2003, foi capitaneada pelo PSDB. Desde então, os ex-diplomatas próximos desta agremiação trataram de indicar que o governo Lula “ideologizou” a política externa do país ao submeter as prioridades do Itamarati às linhas políticas do PT. De certa forma, tal visão também é majoritária no próprio Ministério de Relações Exteriores, onde o viés liberal sempre foi hegemônico. Adiciona-se a isso a indicação de um nome *externa coporis*, como é

o caso do Prof. Marco Aurélio Garcia como assessor especial de assuntos internacionais, ligado diretamente ao Palácio do Planalto. Veja-se a seguir a crítica do ex-embaixador Rubens Barbosa, responsável pela coordenação do programa de política externa do então candidato Aécio Neves:

A partidarização da política externa ficou nítida desde o início do primeiro mandato de Lula e a influência do Partido dos Trabalhadores no processo decisório do Itamaraty foi perceptível. O primeiro sinal disso foi a nomeação de Marco Aurélio Garcia, do PT, para o cargo de Assessor Internacional, que até então sempre havia sido ocupado por um diplomata. Já em março de 2003, o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim indicava essa partidarização ao observar em discurso que “em todo o processo de mudança de governo, de mudança de orientação política, em muitos aspectos, temos que levar em conta duas situações: primeiro, uma natural afinidade das pessoas com a orientação política do governo, do presidente da república, do ministro de estado, e também, naturalmente, a competência profissional. Somos um corpo profissional por excelência, mas que deve estar entusiasmaticamente engajado com certas linhas políticas, com certas orientações”. O crescimento da influência do partido culminou com a filiação de Amorim ao PT nos últimos meses de 2009, gesto inédito entre os diplomatas que foram ministros do exterior para a execução de uma política de estado, e não apenas de um partido. (BARBOSA, 2015).

É interessante notar que no tom da crítica se acentua o caráter “ideológico” da gestão dos governos liderados pelo PT. Como se sabe, a ideologia professada por qualquer indivíduo ou grupo se assemelha para ele como coisa “natural”, assim como o ar que se respira ou a água que se bebe. É bem parecido com sotaque, já que acreditamos que não temos nenhum vício ou figura de linguagem e que o sotaque ou o regionalismo na língua são coisas praticadas por outros. Cabe a pergunta: em qual aspecto da vida social a ideologia não se manifesta? O liberalismo, por acaso, não é uma ideologia social fortemente enraizada nas instituições brasileiras? As políticas liberais, ao serem aplicadas pelos representantes do tradicional *establishment* político, de tão enraizadas, parecem ser “naturais”. Numa democracia, ao menos em tese, a política do governo deve manifestar a opção majoritária dos eleitores. Seria estranho que um partido socialdemocrata como o PT reproduzisse a estratégia liberal adotada pelo governo do PSDB.

Tal postura, penso, impede a leitura isenta dos logros da diplomacia brasileira no período de 2003 a 2014. A avaliação da política externa feita pelo ex-Chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 2011, desconsiderou o período em que o Brasil gozou de maior prestígio internacional em décadas. Vejamos sua avaliação:

De todas as heranças boas e más que o atual governo recebeu, a política externa é uma das mais negativas. O elenco dos erros é longo e inclui, principalmente:

1. a fracassada tentativa de envolvimento diplomático na querela sobre armas nucleares do Irã com as grandes potências, que terminou levando a uma contundente derrota por 12 a 2 no Conselho de Segurança da ONU e abalou o prestígio internacional do Brasil, naquilo que terá sido o mais grave erro em toda a história de nossa política externa;
2. a abstenção em resoluções da ONU que condenavam violações gritantes de direitos humanos no Irã, no Sudão e em outros regimes ditatoriais, o que representou um sério afastamento do Brasil de sua tradicional posição na matéria;
3. a defesa incondicional do regime cubano, inclusive de sua política repressiva, com manifestações do presidente Lula em Havana no sentido de que os dissidentes em greve de fome eram comparáveis a criminosos comuns;
4. a quixotesca tentativa de desempenhar o papel de mediador entre israelenses e palestinos, que nem chegou a começar por total falta de credibilidade;
5. as sucessivas derrotas de candidaturas brasileiras ou apoiadas pela nossa diplomacia em disputas por cargos relevantes em órgãos internacionais, como na Unesco, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em muitos outros;
6. a nacionalização da Petrobras pelo governo boliviano, que resultou na perda de um investimento de mais de US\$ 1,5 bilhão;
7. a atuação diplomática muito discreta do Brasil em situações tensas e conflitivas na América do Sul, como entre a Colômbia e a Venezuela, o Peru e o Chile, ou entre o Uruguai e a Argentina, por exemplo, o que significou um déficit comentado por diversos líderes, como a ex-presidente Michelle Bachelet, do Chile, e debilita a liderança brasileira na região.

Não é desejável frequentar Ahmadinejad, os ditadores do Cazaquistão e da Guiné Equatorial, mandar um embaixador para a Coreia do Norte, fazer gestos positivos para o ditador do Sudão. São iniciativas gratuitas que nos tiram credibilidade. Este balanço negativo fez com que a política externa se tornasse muito polêmica no Brasil. (LAMPREIA, 2011).

Tendo esses pressupostos em tela, a plataforma de política exterior da oposição, incluindo neste caso a candidatura de Marina Silva, se pautou por descredenciar a política externa dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, e atacar os pilares da política que privilegiou uma abordagem multilateralista e de perfil Sul-Sul. Durante os debates, não foram poucas as menções à “flexibilização do Mercosul” e aproximação com os países da Aliança do Pacífico ou ainda o estabelecimento de acordos bilaterais com União Europeia e Estados Unidos. Na prática, a adoção de tais medidas significaria abandonar o projeto de integração autônoma da América do Sul e recriar o falecido projeto da ALCA.

Também se tratou de discutir condicionalidades políticas supostamente baseadas em “princípios”, algo que nenhum país do mundo o faz, visto que não se pode pensar a complexidade da cena internacional com apenas uma única régua. Temos muito o que aprender com a diplomacia dos Estados Unidos: enquanto lideram uma cruzada democrática em diversas partes do globo, jamais colocou em questão a importância estratégica no Oriente Médio do Reino da Arábia Saudita, ao alegar problemas de direitos humanos naquele país. Vale dizer, que a Arábia Saudita é o país mais radical na aplicação da *charia* em sua estrutura jurídica e também onde os “direitos humanos” e os “direitos femininos” são submetidos aos desígnios de um governo absolutista e totalitário. Exigir que a diplomacia brasileira agisse com viés doutrinário é hipocrisia, ainda mais num mundo onde as alianças e parcerias são cada vez mais marcadas pelo pragmatismo.

É claro que ao formular tal juízo, a oposição buscava bombardear espaços importantes como Grupo dos BRICS, cuja importância estratégica ressaltou-se anteriormente. Nesse sentido, é impossível não considerar que as candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves estivessem a serviço de interesses contrários a um projeto de nação soberana e influente, tal como almeja o Brasil.

Veja a seguir a posição da candidatura de Marina Silva a respeito da política externa:

Um dos coordenadores do programa da candidata Marina Silva, Mauricio Rands, disse em entrevista para a Agência Efe que seu governo faria correções na política externa brasileira, com uma flexibilização do Mercosul e um “relançamento” das conversas com os Estados Unidos. “O Estados Unidos de (Barack) Obama terá muita afinidade com o Brasil de Marina Silva”, previu. (OBAMA..., EXAME, 18/09/2014).

O caráter “amigável” das candidaturas de Aécio e Marina foi ressaltado por um veículo de posições extremamente conservadoras, como o Miami Herald, de onde extraímos os seguintes trechos:

Cardoso supports another opposition candidate, Aécio Neves. But the former president says that if Neves doesn't make it to the second round, he would support Silva. “Yes, I think there would be changes” if Silva wins, Cardoso told me. “The opposition's victory would mean a kind of rupture in Brazil's foreign policy, especially in regards to South America.” (OPPENHEIMER, 2014).

[...]

If Silva were to win a surprise victory, she would have a mandate to liberalize the Brazilian economy, expand trade with the United States and Europe, and reform traditional politics. Last year, south Florida did over \$20 billion in two-way trade with Brazil — a number that will likely increase if that South American giant can pull itself out of recession. (NORIEGA, 2014).

De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo* (2014), uma eventual vitória do candidato Aécio Neves significaria um giro no rumo da diplomacia brasileira, tal como segue:

Um giro na política externa brasileira está desenhado para a hipótese de vitória de Aécio Neves (PSDB) no dia 26. O plano tucano prevê a abertura do País a negociações comerciais, com ou sem Mercosul, “sem discriminar parceiros”, a defesa de acordos plurilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC), a superação do impasse nas relações com os EUA e uma revisão na relação com os vizinhos bolivarianos quando interesses de empresas brasileiras estiverem em jogo [...] Haverá uma tentativa de tirar o que Barbosa considera uma carga de ideologia de organismos regionais criados nos últimos 12 anos – em especial a

União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). (DOIS..., O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Novamente nos deparamos com o suposto problema da “ideologização” e o preconceito com relação aos países latino-americanos que buscam uma via mais autônoma para seu desenvolvimento, daí o termo “bolivarianismo” como adjetivo pejorativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a discussão deste artigo ter sido feita num fórum de análise de conjuntura, em setembro de 2014, às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais, a sua elaboração ocorreu depois da confirmação da vitória de Dilma Rousseff no segundo turno, realizado em 26 de outubro.

Tal como podemos verificar, uma eventual vitória das candidaturas dos partidos de oposição poderia significar uma mudança de 180 graus no rumo da diplomacia brasileira, de tal forma que as prioridades do País poderiam se deslocar do fortalecimento das relações Sul-Sul para uma nova forma de dependência no eixo Norte-Sul.

Tal situação não ocorreu. Desde então, a conjuntura internacional se modificou e muito do preconceito ideológico dos partidos oposicionistas caiu por terra com o anúncio da normalização das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, o que desacreditou parte do ranço anacrônico do anticomunismo implícito no discurso anti-bolivariano. A conferência China-CELAC, que reuniu ministros de relações exteriores latino-americanos com as autoridades chinesas serviu para reforçar os objetivos estratégicos de parcerias Sul-Sul, e conferir ao Brasil um papel destacado na criação de uma nova ordem multilateral.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rubens. *Política externa de dois governos*. 2015. Disponível em: <<http://cemacro.fgv.br/sites/cemacro.fgv.br/files/Rubens%20Barbosa%20-%20Pol%C3%ADtica%20externa%20de%20dois%20governos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Intercâmbio comercial brasileiro: Países e Blocos Econômicos*. 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- DOIS rumos para o Itamaraty em jogo nas eleições presidenciais. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dois-ru-mos-para-o-itamaraty-em-jogo-nas-eleicoes-presidenciais,1578028>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Agenda para a Política Externa no Governo Dilma. *Revista Interesse Nacional*, ano 4, n. 13, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/agenda-para-a-politica-externa-no-governo-dilma/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- NORIEGA, R. Can Marina Silva shock the status quo? . *Miami Herald*, 17 set. 2014. Disponível em: <<http://www.miamiherald.com/opinion/op-ed/article2143750.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- OBAMA terá afinidade com Marina, diz coordenador. *Exame*, 18 set. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/obama-tera-afinidade-com-marina-diz-coordenador-do-programa-da-candidata>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- OPPENHEIMER, A. Brazilian election could help end country's 'paralysis'. *Miami Herald*, 18 set. 2014. Disponível em: <<http://www.miamiherald.com/news/local/news-columns-blogs/andres-oppenheimer/article2145470.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.